



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
FACULDADE DE ARQUIVOLOGIA

NADIANE CARLA DE OLIVEIRA SILVA

**GESTÃO ELETRÔNICA DE DOCUMENTOS: ESTADO DA ARTE EM
ARQUIVOLOGIA.**

BELÉM – PA

2017

NADIANE CARLA DE OLIVEIRA SILVA

**GESTÃO ELETRÔNICA DE DOCUMENTOS: ESTADO DA ARTE EM
ARQUIVOLOGIA.**

Trabalho de Conclusão apresentado ao Curso de Arquivologia da Universidade Federal do Pará como requisito para a obtenção do título de Bacharel em Arquivologia.

Orientador: Prof. Dr. Roberto Lopes dos Santos Júnior.

BELÉM – PA

2017

NADIANE CARLA DE OLIVEIRA SILVA

**GESTÃO ELETRÔNICA DE DOCUMENTOS: ESTADO DA ARTE EM
ARQUIVOLOGIA.**

Trabalho de Conclusão apresentado ao Curso de Arquivologia da Universidade Federal do Pará como requisito para a obtenção do título de Bacharel em Arquivologia.

Aprovado em: ____/____/____.

Conceito: _____.

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Roberto Lopes dos Santos Júnior – FAARQ/ICSA

Prof. Dr. Cristian Berrio-Zapata – FAARQ/ICSA

Prof. Dr. Thiago Henrique Bragato Barros – FAARQ/ICSA

BELÉM – PA

2017

*Dedico este trabalho ao meu pai Carlos
Alberto (in memoriam).*

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por seu amor, por meio de minha família, em especial, meu esposo Thiago, que não mediu esforços para que eu concluísse essa etapa.

Agradeço ao meu orientador Roberto Lopes, pela disponibilidade em conduzir este trabalho de forma conveniente.

Agradeço ao professor, e amigo, Luiz Eduardo, pelas palavras de ânimo, por acreditar no potencial de cada aluno e de estar disponível sempre em ajudar.

Agradeço as minhas amigas Márcia Lavareda (*in memoriam*), Priscila Souza e Amanda Nascimento, pelo companheirismo, pelas risadas e na amizade de sempre.

*“O documento é um registro de ações,
uma ponte no tempo”.*

(Rosely Curi Rondinelli).

RESUMO

Estado da arte sobre a Gestão Eletrônica de Documentos – GED, com objetivo de compreendê-la por meio de artigos científicos em 8 (oito) periódicos nas áreas de Arquivologia e Ciência da Informação. A pesquisa tem natureza qualitativa, quantitativa e bibliográfica. Da coleta de dados, compreende-se publicações no período de 1985 a 2016. Foram selecionadas 77 (setenta e sete) literaturas, considerando 6 (seis) terminologias específicas: Tecnologia e Sociedade, Arquivologia, Avanços Tecnológicos, Preservação de Documentos, Certificação Digital e Gestão Eletrônica de Documentos. Conclui-se que a GED tem sido discutida e constituída ao longo das décadas, derivada das consequências dos avanços tecnológicos e seus desafios, sendo acessível e estruturada para uma conveniente gestão da informação.

Palavras-chave: Gestão Eletrônica de Documentos. Arquivologia. Tecnologia.

ABSTRACT

State of the art Electronic Management of Documents – GED, in order to understand it through scientific articles in 8 (eight) journals in the fields of archival science and information science. The research is qualitative, quantitative and bibliographical nature. Of data collection, it is understandable if publications in 1985 period to 2016. 77 (seventy-seven) were selected considering literature 6 (six) specific terminologies: Technology and Society, Archival Science, Technological Advances, Document Preservation, Digital Certification and Electronic Document Management. It is concluded that the GED has been discussed and established over the decades, derived from the consequences of technological advances and its challenges, being accessible and structured to a convenient management of information.

Keywords: Electronic Document Management. Archival Science. Technology.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	9
2	O ARQUIVISTA E OS AVANÇOS TECNOLÓGICOS NA SOCIEDADE CONTEMPORANEA	11
3	GESTÃO ELETRÔNICA DE DOCUMENTOS – GED	15
3.1	LEGISLAÇÃO E POLÍTICAS	18
4	METODOLOGIA	20
4.1	RESULTADOS DO LEVANTAMENTO	22
5	PANORAMA CIENTÍFICO	26
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	29
	REFERÊNCIAS	31
	APÊNDICE A – Artigos científicos encontrados nos periódicos pesquisados distribuídos nas terminologias à coleta de dados	36
	APÊNDICE B – Relação cronológica de legislações e políticas nacionais correlatas a área de Gestão Eletrônica de Documentos	41

1 INTRODUÇÃO

O arquivista tem dentre suas responsabilidades o apropriado emprego dos princípios arquivísticos e a custódia dos arquivos para a sua utilização. Contudo, a tecnologia vem a desafiar este profissional, estimulando o seu desenvolver versátil às exigências a quem necessita da informação (NEGREIROS; DIAS, 2007). Além disso, deve-se obter significativo conhecimento da área tecnológica para se alinhar à realidade contemporânea (THOMAZ, 2006).

Dessa expansão, a Gestão Eletrônica de Documentos brota como instrumento capaz de conduzir as organizações à estruturação de suas informações convergindo origem, controle, guarda e destino, por meio do uso de tecnologias. Esse modelo de gerenciamento promove melhor desempenho e controle no acesso às informações processadas digitalmente, reduzindo tempo e custo, além de relacionar dados com alto processamento e maior eficiência, contudo, requer segurança e manutenção, disponíveis do tratamento arquivístico.

Para isso, essa pesquisa traz como objetivo geral compreender a Gestão Eletrônica de Documentos, em contexto contemporâneo, por meio de relatos científicos, proporcionado de tal modo, na identificação do estado da arte de temáticas correlatas à GED em periódicos nas áreas de Arquivologia e de Ciência da Informação. O trabalho consiste em estado da arte, de natureza qualitativa e quantitativa, bibliográfica, contemplados pela exploração de informações pertinentes à temática, utilizados 8 (oito) periódicos científicos nas áreas de Arquivologia (4) e Ciência da Informação (4): *Acervo*, *Ágora*, *Archeion Online*, *Informação Arquivística*, *Encontros Bibli*, *Informação & Sociedade: Estudos*, *Perspectivas em Ciência da Informação* e *TransInformação*; de classificação Qualis Capes estratos A e B.

Nesse contexto, o estudo considerou a visão da sociedade moderna, adaptável aos avanços tecnológicos, e deste modo, identificar o arquivista como profissional dinâmico capaz de suprir as necessidades sociais informatizadas.

O tema da pesquisa foi escolhido por ser considerado objeto de atuais discussões, relativas ao âmbito acadêmico e profissional, visto proporcionar ao arquivista uma capacidade de gerenciamento, não apenas documental, mas informacional e estruturada nas organizações. Traz como importância contribuição para futuras pesquisas relacionadas à temática apresentada, pois reúne um leque de publicações correlatas, em campo científico. Entretanto, o trabalho abrange um

levantamento limitado podendo ser expandido e atualizado, posteriormente, com novos objetos de estudo.

Subdividida em 6 (seis) seções, a pesquisa oportunizará uma compreensão sobre a Gestão Eletrônica de Documentos na visão profissional arquivista zelando pela integridade e fidelidade documental em meio aos avanços tecnológicos.

No segundo capítulo, relata-se breve contextualização sobre a área da tecnologia na sociedade contemporânea, abordando sua relação e técnicas aplicadas à gestão arquivística, discussões e diretrizes.

O terceiro tópico destina-se à Gestão Eletrônica de Documentos, suas definições, principais características, vantagens e desvantagens da implementação, bem como da Preservação de Documentos Eletrônicos e a Certificação Digital, quanto particularidades de sua aplicação.

Na quarta parte, se descreve a metodologia aplicada neste trabalho, os procedimentos adotados, a coleta de dados e o resultado do levantamento de informações observadas durante a pesquisa.

No quinto capítulo, se realiza breve panorama científico das publicações correlatas a Gestão Eletrônica de Documentos, identificando embasamentos teóricos e outras pesquisas relevantes para a construção desse estudo.

A última seção, se proporcionam nossas considerações finais diante da pesquisa, das contribuições, limitações e aplicações pelo profissional arquivista.

2 O ARQUIVISTA E OS AVANÇOS TECNOLÓGICOS NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA

Com o processo de globalização, a partir do final do século XX, a sociedade está sujeita a intensas transformações. Nessa construção social, uma adequação tecnológica está a partir da produção e disseminação maciça de informações (BONATO, 2004; CABRAL, 2002).

O termo tecnologia deriva do grego e refere-se à arte de fazer. Originária desde o homem primitivo, e aproximada às ciências, vincula-se ao desenvolvimento e às transformações sociais (SILVA, 2011; VERASZTO et al, 2008).

O uso da tecnologia em sociedade fomentou a inúmeras melhorias, tais como, na carpintaria, metalurgia, eletricidade, indústria, imprensa e ciência da informação (SILVA, 2011; BONATO, 2004; CABRAL, 2002).

A tecnologia, uma vez colocada à disposição, assume um valor de acordo como ela será utilizada e adquirida, e quem define esse valor é a própria sociedade ou mercado. Portanto, trabalhar com tecnologia é buscar ser sempre dinâmico, primando à pesquisa e renovação constante (VERASZTO et al, 2008).

No desejo de se alcançar o progresso tecnológico, muitas vezes não são levadas em consideração as implicações sociais dessas novas necessidades (SILVA, 2011). Isso nos leva a refletir sobre a utilização da ciência e da tecnologia, que devem ser vistas de forma neutra.

Para Ferreira (2003), a revolução tecnológica na contemporaneidade pode ser caracterizada em dois aspectos: centralidade em processos, envolvendo todas as esferas da atividade humana e; informação, como insumo e resultado principal.

Dessa forma, se compreende a interferência da tecnologia na sociedade e no desenvolvimento do homem. Convém, para a sociedade, a disponibilidade de adaptação às mutações tecnológicas e convertê-las em informação acessível e disponível ao desenvolvimento social e mercadológico (FERREIRA, 2003).

Após a II Guerra Mundial, a tecnologia, por meio dos computadores, passou do exclusivo uso militar para o dia a dia em instituições, públicas e privadas. Até a década de 1970, o uso desses equipamentos estava limitado ao uso de especialistas devido à necessidade e complexo entendimento sobre *hardware* e *software*, uma época em que os profissionais ficavam isolados nos Centro de Processamento de Dados – CPD (RONDINELLI, 2005).

Rondinelli (2005) complementa que pela década de 1980, os computadores pessoais marcaram o fim da exclusividade aos CPDs. A disseminação do uso dos microcomputadores deve-se a chegada de *softwares* “amigáveis”, ou seja, a custos mais baixos, facilitada com o advento da tecnologia de rede que evoluiu rapidamente de redes locais à globais.

O avanço da internet, na década de 90, constituiu-se como meio elementar no atendimento aos usuários, garantindo a disseminação da informação (NEGREIROS; DIAS, 2007). Para Manuel Castells (RONDINELLI, 2005; FERREIRA, 2003) a tecnologia da informação contempla um conjunto convergente de tecnologias criadas pelo homem que geram implicações sociais, políticas, econômicas e culturais na sociedade.

No mundo do trabalho,

“[...] os profissionais da informação foram profundamente atingidos e, entre eles, os arquivistas. Tal informação se fundamenta no fato de que o avanço tecnológico mudou radicalmente os mecanismos de registro e de comunicação da informação nas instituições e, conseqüentemente, seus arquivos também mudaram”. (RONDINELLI, 2005, p. 24).

A tecnologia da informação veio auxiliar e, ao mesmo tempo, desafiar o profissional do arquivo; a aplicação de computadores agilizaria o processo de produção documental e dinamizaria seu uso e flexibilidade no acesso (NEGREIROS; DIAS, 2007). Contudo, o arquivista deve sempre mostrar renovação e zelo diante dos avanços tecnológicos.

Historicamente, a junção das temáticas Arquivologia e Informática registra-se, pela primeira vez, no Conselho Internacional dos Arquivos – CIA, no ano de 1964. Nesta ocasião, os participantes demonstraram pouco interesse a respeito do assunto, pois os arquivistas viam o computador, apenas como um instrumento a ser usado para fins estatísticos e fiscais. A única exceção foi o Arquivo Nacional dos Estado Unidos da América – EUA que usavam o computador para a recuperação de informação. Esse desinteresse dos profissionais da arquivística pelo uso dessa tecnologia se devia tanto ao conservadorismo profissional como pela ausência de recursos financeiros nos Arquivos para se investir nesses equipamentos (RONDINELLI, 2005).

Na década de 1980, se registram dois acontecimentos importantes em relação a Arquivologia e Informática. O primeiro, uma pesquisa internacional

promovida pelo Comitê de Automação do CIA, em 1985, que tratava a respeito da aplicação da informática à gestão arquivística. O segundo, nas discussões ocorridas no Congresso Internacional de Arquivos realizado no ano de 1988 em Paris (RONDINELLI, 2005).

“Definitivamente, na história das relações entre arquivologia e a informática a década de 1990 se caracteriza pela riqueza literária e pela profundidade das discussões. Mesmo no Brasil, essa efervescência se faz sentir com o aparecimento dos primeiros textos escritos por arquivistas brasileiras”. (RONDINELLI, 2005, p. 33).

Dessa forma, percebe-se o surgimento da terminologia “documentos eletrônicos” em substituição a outros, como: “novas tecnologias”, “novos arquivos” e “documentos informáticos”, comuns à década de 1990. Essa unificação de conceitos demonstrava uma segurança aos profissionais arquivistas quanto à identidade dos documentos gerados via computador, ou seja, desse modo, não havia dúvidas quanto ao caráter arquivístico deste documento (RONDINELLI, 2005).

No Brasil, pela década de 70, o diálogo entre a Arquivologia e a Informática apresentava um quadro embrionário, que continuaria nos próximos vinte anos. No geral, apesar de haver uma representação no Comitê de Automação do CIA, os brasileiros refletiam questões sobre novas tecnologias a reboque de outros profissionais de áreas da Informação (THOMAZ, 2006; RONDINELLI, 2005).

Negreiros e Dias (2007) mencionam o “marco zero” no país, pelo I Congresso Brasileiro de Arquivologia realizado em 1972, o engenheiro e matemático Antonio Garcia de Miranda que proferia palestra sobre “o arquivo e o computador”, relacionando terminologias das áreas da Informática e da Arquivologia, promovendo assim, discussões diante do avanço das tecnologias e suas relações com a arquivística.

Thomaz (2006) relata que a partir da década de 90 surgiram as primeiras publicações relacionando Arquivologia aos documentos eletrônicos, alguns concentrados nas perspectivas dos impactos tecnológicos nos princípios e práticas arquivísticas e sobre autenticidade e fidedignidade da informação eletrônica.

Rondinelli (2005) cita a dissertação do arquivista Vanderlei Batista dos Santos apresentada, em 2001, no Mestrado em Ciências da Informação, da Universidade de Brasília, como um dos primeiros registros atrelando as temáticas Arquivologia, Gestão de Documentos e Informática, sob o título “Gestão de

documentos eletrônicos sob a ótica arquivística: identificação das principais correntes teóricas, legislação e diagnóstico da situação nos arquivos públicos brasileiros”. Em 2005, este publica a nova edição em livro intitulado “Gestão de documentos eletrônicos: uma visão arquivística” (NEGREIROS; DIAS, 2007).

Thomaz (2006) ainda menciona outras obras relacionadas aos documentos eletrônicos nos anos 2000, nas revistas *Arquivo & Administração* e *Arquivo Público Mineiro – APM*, dos autores Luciana Duranti, Mayra Mugica, Eduardo Valle e Arnaldo Araújo, bem como uma produção própria da APM voltada à preservação de documentos.

Moreno (2007) salienta que a participação da área arquivística pela utilização de técnicas de gestão documental tem relação intrínseca e relevante no processo decisório de qualquer organização. Mas, a preocupação delas quanto aos procedimentos arquivísticos é recente, provindo de políticas e literaturas decorrentes do avanço tecnológico, na preservação e conservação de documentos, retratam Ohira, Davok e Schenkel (2008).

Desse modo, ao observarmos o impacto da tecnologia no campo da Arquivologia, fomenta-se à algumas reflexões, bem como a construção das relações, bem como seus benefícios e desvantagens. “Nessa conjuntura, os documentos eletrônicos surgiram e se proliferaram, tornando-se rapidamente um dos grandes problemas que a arquivologia contemporânea precisa solucionar” (THOMAZ, 2006).

3 GESTÃO ELETRÔNICA DE DOCUMENTOS – GED

Da necessidade das organizações em adotar políticas para a gestão documental surgem os sistemas de informação e ferramentas tecnológicas como suporte no tratamento da informação, identificadas como Gestão Eletrônica de Documentos – GED (ELIAS, 2012).

Define-se GED, segundo o CONARQ (SCHÄFER; LIMA, 2012; CONARQ, 2011), como conjunto de tecnologias utilizáveis para se organizar informações não estruturadas de determinado órgão ou instituição, podendo ser dividido em 4 (quatro) funcionalidades: captura, gerenciamento, armazenamento e distribuição. “Pode englobar tecnologias de digitalização, automação de fluxos de trabalho (*workflow*), processamento de formulários, indexação, gestão de documentos, repositórios, entre outras” (CONARQ, 2011).

“A captura consiste em declarar um documento como um documento arquivístico, incorporando-o ao sistema de gestão arquivística por meio das seguintes ações: registro, classificação, indexação, atribuição de restrição de acesso e arquivamento [...] O gerenciamento, caracterizado na forma e no controle das informações prezando segurança e fidedignidade aos documentos arquivístico [...] O armazenamento deve garantir a autenticidade e o acesso aos documentos pelo tempo estipulado na tabela de temporalidade e destinação [...] A distribuição como forma de destinação do documento arquivístico” (Adaptado de CONARQ, 2011).

Como principais características da GED, Cattelan (2000) cita 4 (quatro): a) trabalhar com arquivos digitais, significa maior portabilidade e facilidade em migrar informações; b) economizar espaço físico, compreende uma redução na capacidade de armazenamento em mídias; c) preservar originais, reduz o manuseio do arquivo físico e garante preservação na integridade temporal do original; d) facilitar acesso aos documentos, garante acesso simultâneo a diversos usuários com níveis e privilégios atribuídos à leitura do documento.

Elias (2012) e Schäfer e Lima (2012) comentam sobre vantagens e desvantagens da implementação de GED. Como aspecto positivo, essa gestão consiste em: otimizar as atividades, agilizar processos de disseminação e o acesso à informação, confiabilidade e eficiência, redução em áreas de arquivamento e no tempo de recuperação da informação, rápida atualização de dados, acesso simultâneo em redes de informação, cópias de segurança, diminuição no volume documental em suporte físico, preservação de originais, redução de custos,

qualidade, aumento na capacidade de armazenamento e controle da informação. Do lado negativo, se observa: alteração de mídias, aspectos legais de documentos digitais, recursos tecnológicos obsoletos e uma obrigatoriedade na existência de equipamentos e softwares para recuperação da informação (ELIAS, 2012).

Contudo, objetivando dar efetividade ao GED, o Sistema Informatizado de Gestão Arquivística de Documentos – SIGAD, *software* desenvolvido para registro e controle documental, atua como suporte à gestão arquivística, seja ela para documentos em formatos físicos e/ou eletrônicos, da captura a destinação final. A implementação do SIGAD na GED traz, entre seus benefícios, a padronização de procedimentos arquivísticos em documentos e a integração simultânea da informação a área tecnológica, além de garantir a confiabilidade, autenticidade e acesso (CONARQ, 2011).

Nesse contexto tecnológico, estratégias e ações de preservação de documentos se expandiram e fomentaram sua aplicação na GED como proposta estrutural de garantir o acesso à informação mantendo a integridade e autenticidade documental (CLOONAN, 2016; SANTOS; FLORES, 2015).

Nos últimos anos, a Preservação de Documentos Arquivísticos tem sido assunto muito discutido e, no ambiente científico, convenientemente difuso no campo estratégico das organizações, em especial, pelo avanço tecnológico e contexto mercadológico (SANTOS; FLORES, 2015; CASTRO; CASTRO; GASPARIAN, 2007).

A Preservação Digital segundo Grácio, Fadel e Valentim (2013), envolve elementos que devem integrar a preservação física, lógica e intelectual dos objetos digitais obedecendo padrões globais e estar inseridas nas políticas institucionais, que implica, diretamente, na sua cultura organizacional, pois trabalha com pessoas, no modo individual e em grupo. Constitui-se como processo de gestão com várias atividades necessárias para a garantia de acesso, integridade e autenticidade da informação, seja em meio físico ou digital, a longo prazo (SANTOS; FLORES, 2015; COSTA; CAPORALLI, 2014; GRÁCIO; FADEL; VALENTIM, 2013).

Dentre as abordagens técnicas mais comuns relacionadas a Preservação Digital estão a Atualização, Migração, Conversão, Encapsulação, Emulação e Microfilmagem (BESSER, 2010; CASTRO; CASTRO; GASPARIAN, 2007). A utilização de uma ou a combinação delas poderá dar suporte à estratégia de preservação de documentos de determinada organização.

Castro, Castro e Gasparian (2007) mencionam que as primeiras tentativas de preservação de documentos eletrônicos estavam condicionadas as formas convencionais de arquivamento em meio físico, pela digitalização de papéis. Já com os documentos informatizados e gravados em objetos digitais, a preocupação estava em contrapartida a obsolescência tecnológica e acessibilidade de *hardwares* e/ou *softwares*.

Apesar de ser bastante discutida e empregada, a Preservação de Documentos Eletrônicos ou Digitais é um procedimento salutar e desafiador que precisa estar aliada a outras técnicas arquivísticas convergentes, como Conservação e Segurança da Informação, na finalidade de estabelecer adequada Gestão de Documentos Eletrônicos a uma organização (HERKERT NETTO, 2014).

Disto, surge ainda, a certificação digital como instrumento personalizado que permite a identificação segura no ambiente digital por meio de diretrizes e o uso de códigos digitais, denominado como criptografia (BRASIL, 2017; DORNELES, CORRÊA, 2013).

Múltiplos são os usos da certificação digital, via ICP-Brasil, tanto na esfera pública como na privada. O Governo Federal adotou-a em várias iniciativas, tais como: Programa Universidade para Todos – PROUNI, Programa Juros Zero, ComprasNet, Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, e-CPF, Sistema de Diárias e Passagens, Receita Federal, Sistema Integrado de Comércio Exterior – SISCOMEX, entre outros (BRASIL, 2017).

Nesse cerne, o certificado digital caracteriza-se como documento, produto intangível, *software* personalizado, que funciona como uma identidade virtual que permite a identificação segura (chave pública) do autor de uma mensagem ou transação eletrônica, gerado e assinado por uma Autoridade Certificadora que associa uma entidade a um par de chaves criptográficas (BRASIL, 2017).

A regulamentação das atividades de certificação digital no Brasil, via Medida Provisória n. 2.200-2/2001 que instituiu o ICP-Brasil, garantiu transações eletrônicas com maior segurança e incentivou a utilização da internet como meio para a realização de negócios (MIGLIAVACCA; DUTRA, 2014; DORNELES; CORRÊA, 2013), bem como meio de comunicação alternativo para a disponibilização de diversos serviços com agilidade, facilidade de acesso e substancial redução de custos (BRASIL, 2017).

Para Migliavacca e Dutra (2014) o uso dessa certificação proporciona vantagens, além da segurança, a agilidade na transferência e garantia de fidedignidade da informação. Largamente utilizado no processamento de dados e para a troca de mensagens e documentos adotando mecanismos de segurança capazes de garantir autenticidade, confidencialidade e integridade às informações eletrônicas (BRASIL, 2017).

A tecnologia empregada nas estratégias organizacionais permitiu transformação e eficiência do processamento e acesso das informações. Dessa complexidade, houve necessidade de se adotar políticas para a garantia de segurança, autenticidade e integridade de documentos, sobretudo, àqueles de origem eletrônica (DORNELES; CORRÊA, 2013; ALONSO; FERNEDA; BRAGA, 2011).

3.1 LEGISLAÇÃO E POLÍTICAS

Para o apropriado gerenciamento de documentos, segundo Ohira, Davok e Schenkel (2008) e Castro, Castro e Gasparian (2007), há necessidade de se estabelecer estrutura compatível considerando e compreendendo as estratégias de tal organização, com critérios e diretrizes convencionais. Assim, em contexto internacional, inúmeros foram e serão os padrões atribuídos com uso de técnicas arquivísticas na gestão documental.

Nesse sentido, países e organizações buscaram construir legislações e políticas que pudessem, mediante tamanho, cultura e complexidade, implementar e orientar uso de princípios arquivísticos aos documentos em formatos físicos e/ou eletrônicos, do armazenamento, disponibilidade e acesso da informação (CASTRO; CASTRO; GASPARIAN, 2007).

Thomaz (2006) e Rondinelli (2005) relatam algumas experiências iniciais, de padrões de gerenciamento arquivístico dos documentos eletrônicos, no campo internacional: os projetos da Universidade de Pittsburgh (EUA) e da Universidade de British Columbia (Canadá) e no Arquivo Nacional da Austrália; e iniciativas brasileiras como o Programa Sociedade da Informação e o Governo Eletrônico (e-Gov).

As experiências americana e canadense acima tinham por objetivo “propor um conjunto de requisitos para o gerenciamento arquivístico de documentos

convencionais ou eletrônicos ou, ainda, de documentos gerados em ambiente híbrido” e tomaram o “conceito de documento arquivístico” como ponto de partida (RONDINELLI, 2005). Da iniciativa australiana, resultou o manual intitulado *Designing and implementing recordkeeping systems* (Dirks)¹, posteriormente alterado para *Dirks: a strategic approach to managing business information*², disponível na internet.

No Brasil, essas iniciativas empíricas, em parcerias com órgãos e entidades criara “condições ideais para o estabelecimento de uma política de implementação de sistemas eletrônicos de gerenciamento arquivístico de documentos eletrônicos” (RONDINELLI, 2005). Vale ressaltar que o Conselho Nacional de Arquivos – CONARQ fora disseminador de subsídios científicos às pesquisas e discussões na área do Gerenciamento de Documentos Eletrônicos.

Com base nas experiências, houve no Brasil a sensibilidade de se discutir, construir e estabelecer normativas legais voltadas à área de Gestão de Documentos, englobando ampla relação ao tema e com especificidades em setores das esferas federais, estaduais e municipais, tanto em âmbito público quanto privado. No apêndice B, observamos as legislações e políticas nacionais relacionadas à GED.

¹ Manual *Designing and implementing recordkeeping systems* (Dirks). Endereço eletrônico: <https://archives.un.org/sites/archives.un.org/files/files/French%20files/Manual_for_the_Design_and_Implementation_of_Recordkeeping_Systems.pdf>.

² Manual *Dirks: a strategic approach to managing business information*. Endereço eletrônico: <https://static.aminer.org/pdf/PDF/000/247/315/on_the_necessity_of_an_iterative_design_of_business_strategy.pdf>.

4 METODOLOGIA

A pesquisa deu-se, inicialmente, por meio de levantamento bibliográfico em periódicos eletrônicos nas áreas de Arquivologia (4): *Acervo*³, *Ágora*⁴, *Archeion Online*⁵ e *Informação Arquivística*⁶; e de Ciência da Informação (4): *Encontros Bibli*⁷, *Informação & Sociedade: Estudos*⁸, *Perspectivas em Ciência da Informação*⁹ e *TransInformação*¹⁰.

Dentre esses periódicos (8), de estimada classificação Qualis Capes¹¹, foram selecionados, como amostra, artigos científicos com subsídios à dissertação da temática, observando terminologias (6) específicas, tais como: *Tecnologia e Sociedade*, *Arquivologia*, *Avanços Tecnológicos*, bem como *Preservação de Documentos*, *Certificação Digital* e *Gestão Eletrônica de Documentos*.

A escolha e limitação dessas terminologias como norteadoras à pesquisa foram devida a relação intrínseca apresentada com o tema deste estudo, a Gestão

³ *Acervo*, revista de periodicidade semestral, desde 1986, pelo Arquivo Nacional, divulga estudos nas áreas de ciências humanas e sociais aplicadas, especialmente História e Arquivologia. Endereço eletrônico: <<http://revista.arquivonacional.gov.br/index.php/revistaacervo>>. ISSN: 2237-8723.

⁴ *Ágora*, revista de periodicidade semestral, desde 1985, pela Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, contempla estudos nas áreas de Arquivologia, Administração de Arquivos, Arquivos Digitais, Tecnologia e Ciências da Informação e similares. Endereço eletrônico: <<https://agora.emnuvens.com.br/ra/index>>. ISSN: 0103-3557.

⁵ *Archeion Online*, revista eletrônica de periodicidade semestral, pela Universidade Federal da Paraíba – UFPB, reúne publicações na área de Arquivologia e afins. Endereço eletrônico: <<http://periodicos.ufpb.br/index.php/archeion/index>>. ISSN: 2318-6186.

⁶ *Informação Arquivística*, revista eletrônica de periodicidade semestral, da Associação dos Arquivistas do Estado do Rio de Janeiro – AAERJ, contempla pesquisas relacionadas ao campo da Arquivologia e suas relações interdisciplinares, no âmbito nacional e internacional. Endereço eletrônico: <<http://www.aaerj.org.br/ojs/index.php/informacaoarquivistica/>>. ISSN: 2316-7300.

⁷ *Encontros Bibli*, revista eletrônica de periodicidade semestral, pela Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, para difusão de conhecimento novo e inovador em Biblioteconomia, Ciência da Informação, Arquivologia e áreas correlatas abrangendo interesses técnico-tecnológicos e humanossociais. Endereço eletrônico: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb>>. ISSN: 1518-2924.

⁸ *Informação & Sociedade: Estudos*, periódico eletrônico de periodicidade quadrimestral, desde 1991, pela Universidade Federal da Paraíba – UFPB, para divulgar estudos nas áreas de Ciência da Informação, Biblioteconomia e área afins, de abrangência nacional e internacional. Endereço eletrônico: <<http://www.ies.ufpb.br/ojs2/index.php/ies>>. ISSN: 1809-4783.

⁹ *Perspectivas em Ciência da Informação*, revista de periodicidade trimestral, desde 1996, pela Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG, em substituição à Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG, divulga estudos nas áreas de Ciência da Informação, Arquivologia, Biblioteconomia, Museologia e área afins. Endereço eletrônico: <<http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci>>. ISSN: 1981-5344.

¹⁰ *TransInformação*, revista de periodicidade quadrimestral, desde 1989, pela Pontifícia Universidade Católica – PUC de Campinas, publica contribuições nas áreas de Ciência da Informação e Biblioteconomia em suas diversas subáreas e interfaces. Endereço eletrônico: <<http://periodicos.puc-campinas.edu.br/seer/index.php/transinfo>>. ISSN: 2318-0889.

¹¹ *Qualis Periódicos*: sistema de avaliação de publicações científicas e de classificação de periódicos instituído pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal do Ensino Superior – CAPES, desde 1977, e visa qualificar a produção intelectual no país, agregando o aspecto quantitativo e qualitativo.

Eletrônica de Documentos, pois contribuem com subsídios e definições que levam a complementar os estudos nesta área.

Entende-se a seguinte relação com tais terminologias: *Tecnologia e Sociedade*, por envolver diálogos e fatos contemporâneos à arquivística; *Arquivologia*, área de estudo qual temática se insere; *Avanços Tecnológicos*, como campo promotor do objeto de pesquisa; *Preservação de Documentos e Certificação Digital*: particularidades e aplicações da GED; e *Gestão Eletrônica de Documentos*, haja vista dar título a esse trabalho.

A pesquisa do tipo bibliográfica foi estimada por facilitar o levantamento e construção de perspectivas a partir de materiais publicados e relevantes à comunidade acadêmica, respeitado o acesso livre e a disponibilização de tais informações.

Severino (2007) observa que a pesquisa bibliográfica apresenta um conjunto aprofundado, decorrente de estudos anteriores, de leituras analisadas sobre tal temática, incluindo apontamentos de novos elementos e, por vezes, particulares, promovendo melhores contribuições ao trabalho científico.

Farias Filho e Arruda Filho (2013) mencionam que esse tipo de procedimento permitiria alcançar uma base teórica ao mesmo tempo em que se promove análises das informações retiradas, expondo-as como resultados.

Segundo Severino (2007) essa pesquisa caracteriza-se como qualitativa, pois relaciona a escolha da temática a uma procedência pessoal, quando retrata o ambiente do profissional arquivista, pela alta relevância e significação do assunto na atualidade contemporânea.

Também, conforme Farias Filho e Arruda Filho (2013), aplica-se parte como abordagem quantitativa a essa pesquisa, quando se expressa informações em números, analisável por meio da percentagem. Considerando representar uma amostra da coleta de dados, compreendida de forma mais lógica, utiliza-se essa técnica matemática para analisar, sinteticamente, o contexto para a pesquisa (GERHARDT; SILVEIRA, 2009).

Desta forma, estima-se que esta pesquisa, utilizando os procedimentos ponderados acima, alcance construir relações entre os conceitos indicados e evidenciar a Gestão Eletrônica de Documentos na contemporaneidade, sob um olhar da arquivística.

4.1 RESULTADOS DO LEVANTAMENTO

Da coleta de dados que compreende todas as publicações online disponíveis em acesso livre nos periódicos eletrônicos pesquisados, do período entre 1985 a 2016, consideramos, inicialmente, 85 (oitenta e cinco) artigos científicos, distribuídos entre os periódicos: *Acervo*, *Ágora*, *Archeion Online*, *Informação Arquivística*, *Encontros Bibli*, *Informação & Sociedade: Estudos, Perspectivas em Ciência da Informação* e *TransInformação*. Desses, mais de 50% encontravam-se em periódicos na área de Ciência da Informação e, 45,9*% na área da Arquivologia.

Dos critérios de escolha adotados foram considerados, inicialmente, a seleção de títulos que pudessem dar suporte a este trabalho, com auxílio de palavras-chave correlatas à temática. Com isso, posteriormente, se observara seus resumos, relacionando estes ao objeto de estudo. Por fim, se filtrou ainda as introduções e capítulos iniciais apropriados para a conveniência das informações.

Dos 85 (oitenta e cinco) artigos científicos coletados, 8 (oito) deles foram ignorados por não contemplar das terminologias (6) almejadas para este estudo: *Tecnologia e Sociedade*, *Arquivologia*, *Avanços Tecnológicos*, *Preservação de Documentos*, *Certificação Digital* e *Gestão Eletrônica de Documentos*. Assim delimitado (77), expomos a distribuição dos periódicos/área em cada quinquênio (tabela 1).

Tabela 1 – Quantidade de periódicos distribuídos por área em cada quinquênio.

Periódicos/Área	Quantidade de acervo/Quinquênio						Total Geral	%
	2016 a 2012	%	2011 a 2007	%	2006 a 1985*	%		
ARQUIVOLOGIA								
Acervo	5	17,9*	2	50,0	1	25,0	8	22,2
Ágora	12	42,8	2	50,0	3	75,0	17	47,2
Archeion Online	5	17,9*	-	-	-	-	5	13,9*
Informação Arquivística	6	21,4	-	-	-	-	6	16,7*
Subtotal (1)	28	62,2	4	19,0	4	36,4*	36	46,7
CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO								
Encontros Bibli	5	29,4	8	47,0	2	28,6*	15	36,6*
Informação & Soc.: Estudos	4	23,5	6	35,3*	2	28,6*	12	29,3*
Perspectivas em C. Informação	7	41,2*	2	11,8*	2	28,6*	11	26,8
TransInformação	1	5,9*	1	5,9*	1	14,2	3	7,3
Subtotal (2)	17	37,8*	17	81,0*	7	63,6	41	53,3*
Total Geral	45	100,0	21	100,0	11	100,0	77	100,0

Fonte: Autoria própria, 2017.

Ao analisarmos a tabela 1, considerando os periódicos selecionados (77) condicionados às terminologias para a temática dessa pesquisa, percebe-se, em percentuais, que no último quinquênio a maior quantidade de publicações fora encontrada na área de Arquivologia (62,2%), tendo 28 (vinte e oito) artigos científicos, 11 (onze) a mais que na área de Ciência da Informação (17 ou 37,8%).

Ainda, considerando o número absoluto de pesquisas (77), observa-se em Ciência da Informação como área de maior quantidade, com 41 (quarenta e uma) publicações científicas. Em Arquivologia, 5 (cinco) a menos na construção dessa pesquisa, totalizando 36 (trinta e seis) artigos científicos.

Contudo, se observarmos a evolução das publicações, de quantitativo absoluto de acervos (77), constata-se um crescimento considerável de pesquisas relacionadas às terminologias utilizadas para a temática nesse trabalho (tabela 2), principalmente em periódicos na área de Arquivologia, tendo salto de 6 (seis) vezes mais publicações em relação ao penúltimo quinquênio.

Na tabela subsequente (2), ressaltamos o último decênio, correspondente ao período entre os anos de 2007 a 2016, na finalidade de considerar as mais recentes publicações científicas, totalizado 66 (sessenta e seis) artigos, visando a atualização de conhecimentos e definições sobre a temática.

Tabela 2 – Quantidade de periódicos/área por terminologia utilizadas à coleta de informações da pesquisa, incluso o último decênio, período de 2007 a 2016.

Terminologia	Quantidade de Periódico/Área				Total Geral	%
	Arquivologia		Ciência da Informação			
	Quantidade	%	Quantidade	%		
Arquivologia	7	21,9*	7	20,6*	14	21,2
Avanços Tecnológicos	1	3,1	7	20,6*	8	12,1
Certificação Digital	3	9,4*	1	2,9	4	6,1*
GED	8	25,0	1	2,9	9	13,6
Preservação de Documentos	12	37,5	17	50,1*	29	44,0*
Tecnologia e Sociedade	1	3,1	1	2,9	2	3,0
Total Geral	32	100,0	34	100,0	66	100,0

Fonte: Autoria própria, 2017.

Durante essa amostra (66), se percebeu número significativo de subsídios científicos relacionados à terminologia *Preservação e Conservação de Documentos Eletrônicos* (29), cerca de 44%, em ambas as áreas de pesquisa: Arquivologia (12

ou 37,5%) e Ciência da Informação (17 ou 50,1%). No entanto, menos de 10% relacionavam às terminologias *Tecnologia e Sociedade* (3%) ou *Certificação Digital* (6,1%), cada (tabela 2).

Cabe ressaltar que nos periódicos pesquisados na área de Arquivologia encontramos considerável quantitativo de pesquisas relacionadas especificamente à *GED* (8 ou 25%). Em contrapartida, a terminologia em maior quantidade nos artigos analisados nesta pesquisa, em periódicos na área de Ciência da Informação, discursavam sobre *Preservação de Documentos Eletrônicos* (17 ou 50,1%), conferindo a margem de 44% entre os 77 (setenta e sete) artigos inventariados neste estudo.

Quadro 1 – Autores com mais produções científicas nos periódicos pesquisados.

Autores/Área	Autoria Principal	Coautoria	Total de Participações
Arquivologia			
ELIAS, E. D.	2	-	2
FLORES, D.	1	5	6
MARTINS, D. F.	2	-	2
ROCHA, C. L.	2	-	2
SANTOS, H. M.	2	1	3
SILVA, M.	-	2	2
VITAL, L. P.	3	-	3
Subtotal (1)	12	8	20
Ciência da Informação			
BAHIA, E. M. S.	2	-	2
FLORES, D.	-	5	5
SALES, L. F.	1	1	2
SANTOS, H. M.	4	-	4
SAYÃO, L. F.	2	-	2
Subtotal (2)	9	6	15
Total Geral	21	14	35

Fonte: Autoria própria, 2017.

Relacionados os autores com maior quantidade de produções científicas (quadro 1) nos periódicos pesquisados (8), observamos FLORES, D. com 11 (onze) participações, tendo 6 (seis) na área de Arquivologia e 5 (cinco) na área de Ciência da Informação; seguido de SANTOS, H. M. com 7 (sete) participações, tendo 3 (três) em Arquivologia e 4 (quatro) em Ciência da Informação. No entanto, FLORES, D. contribuiu mais como coautor e SANTOS, H. M. como autor principal (apêndice A).

E, ambos estes autores, atuam simultaneamente nas duas áreas de pesquisa de nosso objeto de estudo.

Entretanto, do total de 35 (trinta e cinco) participações desses autores com maior número de contribuições científicas, percebe-se que grande parte, 7 (sete) dos 10 (dez) autores listados, produziram literaturas em periódicos na área de Arquivologia, totalizando 20 (vinte) artigos.

5 PANORAMA CIENTÍFICO

A complexidade no gerenciamento de documentos envolve a necessidade da utilização, por meio de técnicas arquivísticas, de diversos procedimentos à conservação e preservação da informação expressa, convertida e transmitida, seja ela por meio físico ou virtual (CASTRO; CASTRO; GASPARIAN, 2007; RONDINELLI, 2005). Com o surgimento e a evolução tecnológica esse gerenciamento de documentos toma proporções cada vez maiores para o melhor registro e controle da informação, assegurando aos usuários transparência, segurança e eficiência de forma organizada para seu determinado fim (SANTOS; FLORES, 2016; CASTRO; CASTRO; GASPARIAN, 2007).

Durante a pesquisa, analisando a evolução das terminologias atribuídas, encontramos, inicialmente, em *Tecnologia e Sociedade*, experiências de uso da tecnologia no âmbito institucional, na implementação de projetos de digitalização de acervo no Núcleo de Temática da Seca – NuT-Seca/UFRN (FREIRE et al, 2008) e outra no processo de recuperação de informações no ambiente virtual (DANTAS; CORDULA; ARAÚJO, 2016).

Em *Avanços Tecnológicos*, pode-se observar a relação dos profissionais da informação diante da evolução tecnológica. Abreu (2016) e Martins (1996) retratam as práticas arquivísticas em sistemas informatizados e Martins (1997) reúne literaturas demonstrando a aplicabilidade de recursos tecnológicos na gestão documental. Em tempos mais atuais, Sales e Sayão (2012) trazem a curadoria digital e seus impactos enquanto nova atividade de tratamento e representação da informação.

Dos relacionados a *Arquivologia*, encontramos diversas abordagens atuais, como cita Marques (2011) enquanto tendências na área de Ciência da Informação, e as relações interdisciplinares identificadas por Karpinski (2015) e Vital (2015). Barros e Amélia (2009) e Luz e Flores (2014) comentam algumas das políticas de preservação de arquivos e de patrimônio documental.

Se identificaram, ainda nas literaturas dessa terminologia, contribuições da inserção do arquivista no campo da gestão documental (MARQUES; MANINI, 2015; SILVA, 2016; SANTA ANNA, 2015; FERREIRA; ALMEIDA JUNIOR, 2013). Souza (2014) e Moreno (2007) discursaram quanto a formação profissional do arquivista às demandas do mercado de trabalho. Paralelamente, Araujo e Crestosmo (2009)

abordaram a disciplina de Tecnologia da Informação nos cursos de Arquivologia da Região Sul do Brasil como habilitação singular ao mundo do trabalho.

Considerando as últimas décadas onde os impactos da tecnologia soaram na sociedade contemporânea, na terminologia *Gestão de Documentos Eletrônicos*, encontramos os relatos de experiência dessa ferramenta nas organizações, aplicação e avaliação prática do uso e desenvolvimento de sistemas informatizados para documentos arquivísticos em formato eletrônico, como apresentado pelos autores Anjos e Felipe (2014), Vital e Azevedo Junior (2014), Elias (2012) e Flores e Lampert (2013). Outros, como Nascimento e Sousa (2015) e Schäfer e Lima (2012) realizaram discussões sobre a autenticidade e segurança da informação no processo de migração entre o ambiente físico para o digital.

Diante dessas experiências e analisando particularidades da GED, atribuídas à terminologia *Preservação de Documentos*, identificamos grande preocupação e necessidade pela garantia da longevidade dos documentos, acesso e preservação digital (LACOMBE; RONDINELLI, 2016; SANTOS; FLORES, 2015; OLIVEIRA, 2011; BESSER, 2010; ROCHA; SILVA, 2007). E, dessa implementação, vimos em Bahia (2002) e Santos Junior e Nunes (2016), a externalidade de tal necessidade, respectivamente, no salvaguardar acervos de manuscritos ou mesmo de videogames, em caráter documental, expandindo técnicas convencionais.

Lampert (2016) e Fontana et al (2014) expõem estudos sobre ferramentas de repositório digital como uso dos *softwares* DSpace e Archivematica. Já Vital (2011) e Silva (2012) discutem o uso de formatos abertos como alternativa para a preservação em longo prazo, como o SEER e o PDF/A no gerenciamento arquivístico de documentos eletrônicos. E, ainda, outra proposição destacada por Bahia, Santos e Blattmann (2011), a base de dados *Library and Information Science Abstract*, conhecida como LISA.

Na prática, Costa e Caporalli (2014) relatam os resultados da execução do Projeto de Extensão Eletrônico, desenvolvido na Universidade Estadual de Londrina, como iniciativa de desenvolvimento e ofertar contribuições para a gestão e preservação digital atribuindo características arquivísticas.

Rocha e Silva (2004) nos recordam a Carta para a Preservação do Patrimônio Arquivístico Digital Brasileiro, adaptação da mensagem produzida pela Unesco, em 2003, cujo objetivo consiste em conscientizar e ampliar discussões sobre o legado digital diante da variável confiabilidade.

Por fim, *Certificação Digital* foi apresentada como instrumento de autenticidade e confiabilidade, por meio de programas informatizados como o Governo Eletrônico, aplicado no Brasil (MIGLIAVACCA; DUTRA, 2014; ALONSO; FERNEDA; BRAGA, 2011). Herkert Netto (2014) e Dorneles e Corrêa (2013) contextualizaram a aplicação na gestão arquivística de documentos e Migliavacca e Dutra (2014) projetaram o uso no estudo de caso realizado no Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina – TRE-SC.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo geral desse trabalho consistiu em compreender a Gestão Eletrônica de Documentos por meio de literaturas no campo científico, em contexto contemporâneo. Tal propósito pode ser concretizado pelo uso de estado da arte com temáticas correlatas utilizando 8 (oito) periódicos eletrônicos e de acesso livre distribuídos nas áreas de Arquivologia (4) e de Ciência da Informação (4). De forma mais detalhada, buscamos explorar o quantitativo publicado no último decênio, de 2007 a 2016. O estudo caracterizou-se com natureza qualitativa, quantitativa e bibliográfica.

Em primeiro momento, realizamos uma contextualização da tecnologia na sociedade contemporânea, na busca de compreender o campo tecnológico na realidade arquivística. O segundo, voltado à GED, apresentamos definições, características, vantagens e desvantagens do seu emprego na atualidade, além de identificar legislações e políticas pertinentes. No terceiro, um cenário panorâmico utilizando das literaturas selecionadas à pesquisa, considerando as terminologias atribuídas para o estudo. Percebemos que, apesar de recente, essas questões apresentam consolidada discussão no âmbito arquivístico, mesmo ainda à guisa de maior aprofundamento.

Durante a coleta de dados para a pesquisa, foi observado um número reduzido de publicações intituladas à área específica deste trabalho. Cabe ressaltar, ainda referente a essa coleta de dados, termos identificado que 44% das publicações encontradas relacionavam à terminologia *Preservação de Documentos*. Pode-se inferir que, atualmente há maior preocupação no fato de salvaguardar a informação, visto o profissional ter habilidade no contato com documentos físicos e, que no meio eletrônico, essa garantia de preservação se mostra uma realidade ainda à guisa de maior desbravamento.

Considerando o que foi exposto, podemos observar que a Gestão Eletrônica de Documentos tem sido discutida e constituída ao longo das últimas décadas, derivada das consequências dos avanços tecnológicos e seus desafios, bem como o impacto e contribuição do profissional da informação, o arquivista. E, apesar de ser compreendida como ferramenta tecnológica elementar para as organizações, seu uso ainda se restringe a particularidades como na já citada preservação e conservação documental e na certificação digital.

O presente estudo, por utilizar somente de bibliografias científicas, pode identificar a GED como tecnologia acessível e estruturada para uma conveniente gestão da informação, embora haja certos empecilhos para sua apropriada aplicação no tratamento documental, da captura à destinação final, que exemplos práticos poderiam identificar de modo mais específico.

Assim, consideramos que o presente estudo apresenta resultados para a comunidade acadêmica e científica, visualizando discussões contemporâneas sobre uma realidade tecnológica, ligada ao emprego da GED nas organizações. Por fim, estima-se que essa pesquisa, seja relevada às futuras contribuições na área da Arquivologia, servindo de base para levantamentos vindouros.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Jorge Phelipe Lira de. Aprender a ler entre bits: autenticidade em arquivos pessoais digitais. **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 29, n. 2, p. 133-142, jul./dez., 2016.
- ALONSO, Luiza Beth Nunes; FERNEDA, Edilson; BRAGA, Lamartine Vieira. Governo eletrônico e políticas públicas: análise sobre o uso da certificação digital no Brasil. **Informação & Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v. 21, n. 2, p. 13-24, maio/ago., 2011.
- ANJOS, Clebson Leandro Beserra; FELIPE, André Anderson Cavalcante. Gestão documental em unidades de informação: uma análise do arquivo da Fundação Norte-Rio-Grandense de Pesquisa de Cultura – FUNPEC. **Ágora**, Florianópolis, v. 24, n. 49, p. 257-276, 2014.
- ARAUJO, Nelma Camelo de; CRESTOSMO, Simone. Análise das disciplinas de tecnologia da Informação ofertadas nos currículos dos cursos de Arquivologia da Região Sul do Brasil. **Encontros Bibli**, Florianópolis, v. 14, n. 28, p. 93-114, 2009.
- BAHIA, Eliana Maria dos Santos; SANTOS, Raimundo Nonato Macedo dos; BLATTMANN, Ursula. Estudo bibliométrico sobre preservação digital: Library and Information Science Abstracts – LISA. **Encontros Bibli**, Florianópolis, v. 16, n. esp. 1 sem., p. 91-105, 2011.
- _____. Preservação e conservação documental em acervo de manuscritos. **Encontros Bibli**, Florianópolis, v. 7, n. 14, p. 1-8, 2002.
- BARROS, Dirlene Santos; AMÉLIA, Dulce. Arquivo e memória: uma relação indissociável. **Transinformação**, Campinas, v. 21, n. 1, p. 55-61, jan./abr., 2009.
- BESSER, Howard. Longevidade digital. **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 2, p. 57-70, jul./dez., 2010.
- BONATO, Nailda Marinho da Costa. O uso das fontes documentais na pesquisa em história da educação e as novas tecnologias. **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 2, p. 85-110, jul./dez., 2004.
- BRASIL. Instituto Nacional de Tecnologia da Informação – ITI. **Certificação digital**. Disponível em: <<http://www.iti.gov.br/certificacao-digital/>>. Acesso em: 22 jun. 2017.
- CABRAL, Ana Maria Rezende. Tecnologia digital em bibliotecas e arquivos. **Transinformação**, Campinas, v. 14, n. 2, p. 167-177, jul./dez., 2002.
- CASTRO, Astréa de Moraes e; CASTRO, Andresa de Moraes e; GASPARIAN, Danuza de Moraes e Castro. **Arquivos**: físicos e digitais. Brasília: Thesaurus, 2007.
- CATTELAN, Paulo. Winbusca-GED: construção do banco de dados do arquivo histórico para o memorial do Rio Grande do Sul. **Ágora**, Florianópolis, v. 15, n. 31, p. 50-56, 2000.

CLOONAN, Michèle V. Preservando documentos de valor permanente. In: EASTWOOD, Terry; MACNEIL, Heather (Org.). **Correntes atuais do pensamento arquivístico**. Tradução de Anderson Bastos Martins, Revisão de Heloísa Liberalli Belloto. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2016. p. 107-134.

CONARQ – Conselho Nacional de Arquivos. **e-ARQ Brasil**: modelo de requisitos para sistemas informatizados de Gestão Arquivística de Documentos. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2011.

_____. **Orientação Técnica nº 1**: orientações para contratação de SIGAD e serviços correlatos. 2011.

COSTA, Eliandro dos Santos; CAPORALLI, Lucinéia de Araújo. Preservação de documentos arquivísticos digitais autênticos: estudo do “Projeto de Extensão Eletrônico” da Universidade Estadual de Londrina. **Informação Arquivística**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, p. 43-69, jul./dez., 2014.

DANTAS, Célia Medeiros; CORDULA, Flavio Ribeiro; ARAÚJO, Wagner Junqueira. Análise da representação da informação em modelos entidade relacionamento com base em metadados. **Archeion Online**, João Pessoa, v. 4, n. 1, p. 40-63, jan./jun., 2016.

DORNELES, Sânderson Lopes; CORRÊA, Renato Fernandes. Gestão de documentos digitais em aplicações de certificação digital. **Informação Arquivística**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, p. 3-31, jul./dez., 2013.

ELIAS, Ezmir Dippe. Gerenciamento eletrônico de documentos (GED): aplicação na Universidade Federal de Santa Catarina. **Ágora**, Florianópolis, v. 22, n. 45, p. 15-30, 2012.

FARIAS FILHO, Milton Cordeiro; ARRUDA FILHO, Emílio J. M. **Planejamento da pesquisa científica**. São Paulo: Atlas, 2013.

FERREIRA, Daniela Assis Alves. Tecnologia: fator determinante no advento da sociedade da informação? **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 8, n. 1, p. 4-11, jan./jun., 2003.

FERREIRA, Leticia Elaine; ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco de. A mediação da informação no âmbito da arquivística. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 18, n. 1, p. 158-167, jan./mar., 2013.

FLORES, Daniel; LAMPERT, Sérgio Renato. As funções de produção, classificação e avaliação de documentos arquivísticos no software Nuxeo Document Management. **Informação Arquivística**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 1, p. 41-64, jan./jun., 2013.

FONTANA, Fabiana Fagundes; FLORES, Daniel; NORA, Fabia Dalla; SANTOS, Henrique Machado dos. Archivematica como ferramenta para acesso e preservação digital à longo prazo. **Ágora**, Florianópolis, v. 24, n. 48, p. 62-82, 2014.

FREIRE, Isa Maria; CARVALHO, Luciana Moreira; CARVALHO, Mônica Marques; ARANHA, Terezinha de Queiroz. Ampliando o acesso livre à informação: a digitalização do acervo do Núcleo Temático da Seca. **Informação & Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v. 18, n. 2, p. 137-142, maio/ago., 2008.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo. (Org.). **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

GRÁCIO, José Carlos Abbud; FADEL, Bárbara; VALENTIM, Marta Lígia Pomim. Preservação digital nas instituições de ensino superior: aspectos organizacionais, legais e técnicos. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 18, n. 3, p. 111-129, jul./set., 2013.

HERKERT NETTO, Adriana. A contextualização da gestão arquivística de documentos com ênfase na autenticidade e confiabilidade dos documentos digitais. **Informação Arquivística**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 1, p. 2-23, jan./jun., 2014.

KARPINSKI, Cezar. História e arquivologia: interdisciplinaridade a partir da prática. **Ágora**, Florianópolis, v. 25, n. 51, p. 37-46, jul./dez., 2015.

LACOMBE, Claudia; RONDINELLI, Rosely Curi. Gestão e preservação de documentos arquivísticos digitais: revisando alguns conceitos que as precedem. **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 29, n. 2, p. 61-73, jul./dez., 2016.

LAMPERT, Sérgio Renato. Os repositórios DSpace e Archivematica para documentos arquivísticos digitais. **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 29, n. 2, p. 143-154, jul./dez., 2016.

LUZ, Marco Antônio da; FLORES, Daniel. A gestão de documentos e a preservação do patrimônio documental em municípios gaúchos: quando a regra é a exceção. **Ágora**, Florianópolis, v. 24, n. 49, p. 115-142, 2014.

MARQUES, Angélica Alves da Cunha. Pesquisas com temáticas arquivísticas na Ciência da Informação: mapeamento das principais tendências. **Encontros Bibli**, Florianópolis, v. 16, n. esp. 1 sem., p. 1-22, 2011.

MARQUES, Otacílio Guedes; MANINI, Miriam Paula. Inserção profissional e contribuições teóricas do arquivista na gestão documental do poder judiciário. **Ágora**, Florianópolis, v. 25, n. 50, p. 61-84, jan./jun., 2015.

MARTINS, Daniela Francescutti. Os desafios da Arquivologia frente à Tecnologia da Informação: uma revisão de literatura. **Ágora**, Florianópolis, v. 12, n. 26, p. 10-16, 1997.

_____. As relações entre o usuário e o Guia de Fundos na era digital: um relato de experiências. **Ágora**, Florianópolis, v. 11, n. 24, p. 23-35, 1996.

MIGLIAVACCA, Katuscia Winckler; DUTRA, Moisés Lima. Governo eletrônico, biometria e certificação digital: um estudo de caso no TRE/SC. **Ágora**, Florianópolis, v. 24, n. 48, p. 242-251, 2014.

MORENO, Nádina Aparecida. A informação arquivísticas e o processo de tomada de decisão. **Informação & Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v. 17, n. 1, p. 13-21, jan./abr., 2007.

NASCIMENTO, Mayara Silva do; SOUSA, Marckson Roberto Ferreira de. A migração de documentos físicos para o ambiente digital no âmbito jurídico. **Archeion Online**, João Pessoa, v. 3, n. 2, p. 38-54, jul./dez., 2015.

NEGREIROS, Leandro R.; DIAS, Eduardo W. Automação de arquivos no Brasil: os discursos e seus momentos. **Arquivistica.net**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 1, p. 38-53, jan./jun., 2007.

OHIRA, Maria de Lourdes Blatt; DAVOK, Delsi Fries; SCHENKEL, Marília Beatriz de Castro. Proposta para criação do sistema de arquivos da Universidade do Estado de Santa Catarina: trajetória, desafios e perspectivas. **Informação & Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v. 18, n. 2, p. 143-154, maio/ago., 2008.

ROCHA, Claudia Lacombe; SILVA, Margareth da. Padrões para garantir a preservação e o acesso aos documentos digitais. **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 1-2, p. 113-124, jan./dez., 2007.

_____. Carta para a preservação do patrimônio arquivístico digital brasileiro. **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 2, p. 131-140, jul./dez., 2004.

RONDINELLI, Rosely Curi. **Gerenciamento arquivístico de documentos eletrônicos**. 4. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

SALES, Luana Farias; SAYÃO, Luís Fernando. O impacto da curadoria digital dos dados de pesquisa na comunicação científica. **Encontros Bibli**, Florianópolis, v. 17, n. esp. 2, p. 118-135, 2012.

SANTA ANNA, Jorge. O arquivista como gestor de recurso informacionais: uma reflexão acerca dos novos modelos de gestão. **Ágora**, Florianópolis, v. 25, n. 51, p. 77-100, jul./dez., 2015.

SANTOS, Henrique Machado dos; FLORES, Daniel. O documento arquivístico digital enquanto fonte de pesquisa. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 21, n. 4, p. 1-17, out./dez., 2016.

_____. Preservação de documentos arquivísticos digitais: reflexões sobre as estratégias de emulação. **Encontros Bibli**, Florianópolis, v. 20, n. 43, p. 3-19, maio/ago., 2015.

_____. Preservação de documentos arquivísticos digitais autênticos: reflexões e perspectivas. **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 28, n. 1, p. 241-253, jan./jun., 2015.

SANTOS JUNIOR, Roberto Lopes dos; NUNES, Vanderson Monteiro. Estudo da preservação digital dos videogames sob o viés da arquivologia. **Informação & Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v. 26, n. 3, p. 31-46, set./dez., 2016.

SCHÄFER, Murilo Billig; LIMA, Eliseu dos Santos. A classificação e a avaliação de documentos: análise de sua aplicação em um sistema de gestão de documentos arquivísticos digitais. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 17, n. 3, p. 137-154, jul./set., 2012.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed. rev. e atual. São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA, Ana Paula Araújo Cabral da. SEER e PDF/A na preservação do periódico Archivos Rio-Grandense de Medicina: relato de experiência. **Encontros Bibli**, Florianópolis, v. 17, n. esp. 2, p. 227-237, 2012.

SILVA, Julianne Teixeira e. Normas ISO para gestão de documentos: uma introdução. **Archeion Online**, João Pessoa, v. 4, n. 1, p. 4-21, jan./jun., 2016.

SILVA, Sérgio Conde de Albite. Decifra-me ou te devoro: desafios no uso de tecnologias para preservação e acesso em arquivos. **Encontros Bibli**, Florianópolis, v. 16, n. 1, p. 40-59, 2011.

SOUZA, Serenna Tharyne Alves de. O arquivista nas instituições do poder executivo federal: da formação profissional às demandas do mundo do trabalho. **Archeion Online**, João Pessoa, v. 2, n. 1, p. 67-89, jan./jun., 2014.

THOMAZ, Kátia P. Gestão e preservação de documentos eletrônicos de arquivo: revisão de literatura – parte 2. **Arquivística.net**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 1, p. 114-131, jan./jun., 2006.

VERASZTO, Estéfano Vizconde; SILVA, Dirceu da; MIRANDA, Nonato Assis de; SIMON, Fernanda Oliveira. Tecnologia: buscando uma definição para o conceito. **Revista Prisma.com**, v. 1, n. 7, p. 60-85, 2008.

VITAL, Luciane Paula. Discutindo o termo informação arquivística. **Ágora**, Florianópolis, v. 25, n. 50, p. 19-34, jan./jun., 2015.

_____; AZEVEDO JUNIOR, Márcio Antonio. Sistema de Processos Administrativos (SPA) do projeto “UFSC sem papel” sob a ótica dos servidores do Centro de Ciências Agrárias. **Ágora**, Florianópolis, v. 24, n. 49, p. 225-256, 2014.

_____. O PDF/A na gestão de documentos arquivísticos. **Ágora**, Florianópolis, v. 21, n. 43, p. 73-79, 2011.

APÊNDICE A – Artigos científicos encontrados nos periódicos pesquisados distribuídos nas terminologias à coleta de dados.

ORDEM	REFERÊNCIA ADAPTADA	TERMINOLOGIA ATRIBUÍDA
ACERVO (8)		
1	ABREU, J. P. L. <i>Aprender a ler entre bits: autenticidade em arquivos pessoais digitais.</i> (2016)	Avanços Tecnológicos
2	LACOMBE, C.; RONDINELLI, R. C. <i>Gestão e preservação de documentos arquivísticos digitais: revisando alguns conceitos que as precedem.</i> (2016)	Preservação de Documentos
3	LAMPERT, S. R. <i>Os repositórios DSpace e Archivematica para documentos arquivísticos digitais.</i> (2016)	Preservação de Documentos
4	LOPES, A. S. P.; FLORES, D. <i>Patrimônio documental: a preservação digital em longo prazo.</i> (2016)	Preservação de Documentos
5	SANTOS, H. M.; FLORES, D. <i>Preservação de documentos arquivísticos digitais autênticos: reflexões e perspectivas.</i> (2015)	Preservação de Documentos
6	BESSER, H. <i>Longevidade digital.</i> (2010)	Preservação de Documentos
7	ROCHA, C. L.; SILVA, M. <i>Padrões para garantir a preservação e o acesso aos documentos digitais.</i> (2007)	Preservação de Documentos
8	ROCHA, C. L.; SILVA, M. <i>Carta para a preservação do patrimônio arquivístico digital brasileiro.</i> (2004)	Preservação de Documentos
ÁGORA (17)		
9	KARPINSKI, C. <i>História e arquivologia: interdisciplinaridade a partir da prática.</i> (2015)	Arquivologia
10	MARQUES, O. G.; MANINI, M. P. <i>Inserção profissional e contribuições teóricas do arquivista na gestão documental do poder judiciário.</i> (2015)	Arquivologia
11	SANTA ANNA, J. <i>O arquivista como gestor de recursos informacionais: uma reflexão acerca dos novos modelos de gestão.</i> (2015)	Arquivologia
12	VITAL, L. P. <i>Discutindo o termo informação arquivística.</i> (2015)	Arquivologia
13	LUZ, M. A.; FLORES, D. <i>A gestão de documentos e a preservação do patrimônio documental em municípios gaúchos: quando a regra é a exceção.</i> (2014)	Arquivologia
14	MARTINS, D. F. <i>Os desafios da Arquivologia frente à Tecnologia da Informação: uma revisão de literatura.</i> (1997)	Avanços Tecnológicos
15	MARTINS, D. F. <i>As relações entre o usuário e o Guia de Fundos na era digital: um relato de experiências.</i> (1996)	Avanços Tecnológicos
16	MIGLIAVACCA, K. W.; DUTRA, M. L. <i>Governo eletrônico, biometria e certificação digital: um estudo de caso no TRE/SC.</i> (2014)	Certificação Digital
17	ANJOS, C. L. B.; FELIPE, A. A. C. <i>Gestão documental em unidades de informação: uma análise do arquivo da Fundação Norte-Rio-Grandense de Pesquisa de Cultura – FUNPEC.</i> (2014)	GED

18	ELIAS, E. D.; MERINO, E. A. D.; PINTO, A. L.; PINTO, M. D. S.; BATISTA, V. J. <i>Aplicação da ergonomia na operacionalização do Gerenciamento Eletrônico de Documentos (GED) avaliação prática.</i> (2014)	GED
19	SILVA, S. C. L.; BEDIN, S. P. M. <i>Sistemas de gestão documental em Florianópolis: análise de funcionalidades baseada nos requisitos do e-Arq Brasil.</i> (2014)	GED
20	VITAL, L. P.; AZEVEDO JUNIOR, M. A. <i>Sistema de Processos Administrativos (SPA) do projeto "UFSC sem papel" sob a ótica dos servidores do Centro de Ciências Agrárias.</i> (2014)	GED
21	ELIAS, E. D. <i>Gerenciamento eletrônico de documentos (GED): aplicação na Universidade Federal de Santa Catarina.</i> (2012)	GED
22	CATTELAN, P. <i>Winbusca-GED: construção do banco de dados do Arquivo Histórico para o Memorial do Rio Grande do Sul.</i> (2000)	GED
23	FONTANA, F. F.; FLORES, D.; NORA, F. D.; SANTOS, H. M. <i>Archivematica como ferramenta para acesso e preservação digital à longo prazo.</i> (2014)	Preservação de Documentos
24	SOARES, S. M. V. <i>O microfilme e o digital: as duas faces da preservação.</i> (2011)	Preservação de Documentos
25	VITAL, L. P. <i>O PDF/A na gestão de documentos arquivísticos.</i> (2011)	Preservação de Documentos
ARCHEION ONLINE (5)		
26	SILVA, J. T. <i>Normas ISO para gestão de documentos: uma introdução.</i> (2016)	Arquivologia
27	SOUZA, S. T. A. <i>O arquivista nas instituições do poder executivo federal: da formação profissional às demandas do mundo do trabalho.</i> (2014)	Arquivologia
28	NASCIMENTO, M. S.; SOUSA, M. R. F. <i>A migração de documentos físicos para o ambiente digital no âmbito jurídico.</i> (2015)	GED
29	OLIVEIRA, C. T. <i>O gerenciamento eletrônico de documentos sob a ótica da representação da informação arquivística.</i> (2014)	GED
30	DANTAS, C. M.; CORDULA, F. R.; ARAÚJO, W. J. <i>Análise da representação da informação em modelos entidade relacionamento com base em metadados.</i> (2016)	Tecnologia e Sociedade
INFORMAÇÃO ARQUIVÍSTICA (6)		
31	HERKERT NETTO, A. <i>A contextualização da gestão arquivística de documentos com ênfase na autenticidade e confiabilidade dos documentos digitais.</i> (2014)	Certificação Digital
32	DORNELES, S. L.; CORRÊA, R. F. <i>Gestão de documentos digitais em aplicações de certificação digital.</i> (2013)	Certificação Digital
33	FLORES, D.; LAMPERT, S. R. <i>As funções de produção, classificação e avaliação de documentos arquivísticos no software Nuxeo Document Management.</i> (2013)	GED
34	LUZ, C. <i>A interoperabilidade na preservação da informação arquivística: os metadados e a descrição.</i> (2016)	Preservação de Documentos
35	COSTA, E. S.; CAPORALLI, L. A. <i>Preservação de documentos arquivísticos digitais autênticos: estudo do "Projeto de Extensão Eletrônico" da Universidade Estadual de Londrina.</i> (2014)	Preservação de Documentos

36	SANTOS, H. M.; FLORES, D. <i>As estratégias de emulação como fundamento para a preservação de objetos digitais interativos: a garantia de acesso fidedigno em longo prazo.</i> (2014)	Preservação de Documentos
ENCONTROS BIBLI (15)		
37	MARQUES, A. A. C. <i>Pesquisas com temáticas arquivísticas na Ciência da Informação: mapeamento das principais tendências.</i> (2011)	Arquivologia
38	ARAUJO, N. C.; CRESTOSMO, S. <i>Análise das disciplinas de tecnologia da Informação ofertadas nos currículos dos cursos de Arquivologia da Região Sul do Brasil.</i> (2009)	Arquivologia
39	FERRAREZI, L. ROMÃO, L. M. S. <i>Arquivo, documento e memória na concepção discursiva.</i> (2007)	Arquivologia
40	SALES, L. F.; SAYÃO, L. F. <i>O impacto da curadoria digital dos dados de pesquisa na comunicação científica.</i> (2012)	Avanços Tecnológicos
41	SANTOS, H. M.; FLORES, D. <i>Preservação de documentos arquivísticos digitais: reflexões sobre as estratégias de emulação.</i> (2015)	Preservação de Documentos
42	ALMEIDA, M. B.; CENDRÓN, B. V.; SOUZA, R. R. <i>Metodologia para implantação de programas de preservação de documentos digitais a longo prazo.</i> (2012)	Preservação de Documentos
43	MACEVICIUTE, E. <i>Long-term digital preservation and scholarly communication.</i> (2012)	Preservação de Documentos
44	SILVA, A. P. A. C. <i>SEER e PDF/A na preservação do periódico Archivos Rio-Grandense de Medicina: relato de experiência.</i> (2012)	Preservação de Documentos
45	YAMAOKA, E. J.; GAUTHIER, F. O. <i>Ontologia de dependência tecnológica de documentos digitais: instrumento de apoio à preservação digital.</i> (2012)	Preservação de Documentos
46	BAHIA, E. M. S.; SANTOS, R. N. M.; BLATTMANN, U. <i>Estudo bibliométrico sobre preservação digital: Library and Information Science Abstracts – LISA.</i> (2011)	Preservação de Documentos
47	OLIVEIRA, R. T. <i>Políticas arquivísticas e suas implicações na preservação, no acesso e no uso dos documentos.</i> (2011)	Preservação de Documentos
48	SILVA, S. C. A. <i>Decifra-me ou te devoro: desafios no uso de tecnologias para preservação e acesso em arquivos.</i> (2011)	Preservação de Documentos
49	SAYÃO, L. F. <i>Uma face dos metadados: informações para a gestão da preservação digital</i> (2010).	Preservação de Documentos
50	RONCAGLIO, C.; SZVARÇA, D. R.; BOJANOSKI, S. F. <i>Arquivos, gestão de documentos e informação.</i> (2004)	Preservação de Documentos
51	BAHIA, E. M. S. <i>Preservação e conservação documental em acervo de manuscritos.</i> (2002)	Preservação de Documentos
INFORMAÇÃO & SOCIEDADE: ESTUDOS (12)		
52	CARPES, F. S.; FLORES, D. <i>O arquivo universitário e a memória da universidade.</i> (2013)	Arquivologia
53	MORENO, N. A. <i>A informação arquivística e o processo de tomada de decisão.</i> (2007)	Arquivologia
54	ARAÚJO, R. M.; ARAÚJO, M. A. D.; ALLOUFA, J. M. L.; LOPES, A. O. B. <i>Governo eletrônico: um estudo sobre as possibilidades de participação do cidadão.</i> (2013)	Avanços Tecnológicos

55	OHIRA, M. L. B.; DAVOK, D. F.; SCHENKEL, M. B. C. <i>Proposta para criação do sistema de arquivos da Universidade do Estado de Santa Catarina: trajetória, desafios e perspectivas.</i> (2008)	Avanços Tecnológicos
56	DIAS, G. A.; DELFINO JUNIOR, J. B.; SILVA, J. W. M. <i>Open Journal Systems – OJS: migrando um periódico científico eletrônico para um sistema automatizado de gerência e publicação de periódicos científicos eletrônicos.</i> (2007)	Avanços Tecnológicos
57	LOURENÇO, C. A. <i>Metadados: o grande desafio na organização da web.</i> (2007)	Avanços Tecnológicos
58	GARCIA, R. M. <i>Governo eletrônico, informação e competência em informação.</i> (2006)	Avanços Tecnológicos
59	ALONSO, L. B. N.; FERNEDA, E.; BRAGA, L. V. <i>Governo eletrônico e políticas públicas: análise sobre o uso da certificação digital no Brasil.</i> (2011)	Certificação Digital
60	SANTOS JUNIOR, R. L.; NUNES, V. M. <i>Estudo da preservação digital dos videogames sob o viés da arquivologia.</i> (2016)	Preservação de Documentos
61	SAYÃO, L. F.; SALES, L. F. <i>Curadoria digital: um novo patamar para preservação de dados digitais de pesquisa.</i> (2012)	Preservação de Documentos
62	CARVALHO, M. A.; OTERO, M. M. D. F.; BARBOSA, J. P. <i>Acesso e preservação da “Coleção Oficina Guaianases de Gravura”.</i> (2006)	Preservação de Documentos
63	FREIRE, I. M.; CARVALHO, L. M.; CARVALHO, M. M.; ARANHA, T. Q. <i>Ampliando o acesso livre à informação: a digitalização do acervo do Núcleo Temático da Seca.</i> (2008)	Tecnologia e Sociedade
PERSPECTIVAS EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO (11)		
64	FERREIRA, L. E.; ALMEIDA JÚNIOR, O. F. <i>A mediação da informação no âmbito da arquivística.</i> (2013)	Arquivologia
65	CAVALCANTI, J. M. M.; DAMASCENO, L. M. S.; SOUZA NETO, M. V. <i>Observância da lei de acesso à informação pelas autarquias federais do Brasil.</i> (2013)	Avanços Tecnológicos
66	NEGREIROS, L. R.; DIAS, E. J. W. <i>A prática arquivística: os métodos da disciplina e os documentos tradicionais e contemporâneos.</i> (2008)	Avanços Tecnológicos
67	JAMIL, G. L.; NEVES, J. T. R. <i>A era da informação: considerações sobre o desenvolvimento das tecnologias da informação.</i> (2000)	Avanços Tecnológicos
68	SCHÄFER, M. B.; LIMA, E. S. <i>A classificação e a avaliação de documentos: análise de sua aplicação em um sistema de gestão de documentos arquivísticos digitais.</i> (2012)	GED
69	SANTOS, H. M.; FLORES, D. <i>O documento arquivístico digital enquanto fonte de pesquisa.</i> (2016)	Preservação de Documentos
70	SANTOS, H. M.; FLORES, D. <i>Políticas de preservação digital para documentos arquivísticos.</i> (2015)	Preservação de Documentos
71	SANTOS, H. M.; FLORES, D. <i>Repositórios digitais confiáveis para documentos arquivísticos: ponderações sobre a preservação em longo prazo.</i> (2015)	Preservação de Documentos
72	GRÁCIO, J. C. A.; FADEL, B.; VALENTIM, M. L. P. <i>Preservação digital nas instituições de ensino superior: aspectos organizacionais, legais e técnicos.</i> (2013)	Preservação de Documentos

73	POSSI, M. A.; OLIVEIRA, A. P.; MOREIRA, A.; MENDES, F.; QUEIROZ, J. M. <i>Ambiente para busca e visualização de documentos históricos na web.</i> (2011)	Preservação de Documentos
74	THOMAZ, K. P. <i>Documentos eletrônicos de caráter arquivístico: fatores condicionantes da preservação.</i> (2005)	Preservação de Documentos
TRANSFORMAÇÃO (3)		
75	BARROS, D. S.; AMÉLIA, D. <i>Arquivo e memória: uma relação indissociável.</i> (2009)	Arquivologia
76	BRITO, L. S.; FANTINEL, E. G.; RAMOS, T. B.; GELESKY, M. A.; VICENTE, J. R. M. <i>A conservação dos documentos de arquivo: a atuação de autoadesivos nos documentos textuais em suporte de papel.</i> (2016)	Preservação de Documentos
77	TEIXEIRA, W. A. M. <i>Ações de conservação e preservação da memória no contexto digital.</i> (2002)	Preservação de Documentos

Fonte: Autoria própria, 2017.

APÊNDICE B – Relação cronológica de legislações e políticas nacionais correlatas a área de Gestão Eletrônica de Documentos.

ORDEM	LEGISLAÇÃO/POLÍTICA	EMENTA
LEGISLAÇÕES FEDERAIS		
1	Lei nº 5.433, de 8 de maio de 1968	Regula a microfilmagem de documentos oficiais e dá outras providências.
2	Lei n. 7.627, de 10 de novembro de 1987	Dispõe sobre a eliminação de autos findos nos órgãos da Justiça do Trabalho, e dá outras providências.
3	Lei n. 8.159, de 08 de janeiro de 1991	Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências.
4	Lei n. 8.394, de 30 de dezembro de 1991	Dispõe sobre a preservação, organização e proteção dos acervos documentais privados dos presidentes da República, e dá outras providências.
5	Decreto n. 1.173, de 29 de junho de 1994	[Revogado pelo Decreto n. 4.073 de 03 de janeiro de 2002] Dispõe sobre a competência, organização e funcionamento do Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ) e do Sistema Nacional de Arquivos (SINAR) e dá outras providências.
6	Decreto n. 1.461, de 25 de abril de 1995	[Revogado pelo Decreto n. 4.073 de 03 de janeiro de 2002] Altera os arts. 3º e 7º do Decreto n. 1.173, de 29 de junho de 1994, que dispõe sobre a competência, organização e funcionamento do Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ) e do Sistema Nacional de Arquivos (SINAR).
7	Decreto nº 1.799, de 30 de janeiro de 1996	Regulamenta a Lei nº 5433, de 8 de maio de 1968, que regula a microfilmagem de documentos oficiais, e dá outras providências.
8	MINISTÉRIO DA JUSTIÇA Portaria n. 58, de 20 de junho de 1996	[Revogada pela Portaria n. 17, do Ministério da Justiça, de 30 março de 2001]. [Revogada pela Portaria n. 29, do Ministério da Justiça, de 10 de setembro de 2008]. Regulamenta o registro e a fiscalização do exercício da atividade de microfilmagem de documentos, em conformidade com o parágrafo único do art. 15 do Decreto n. 1.799, de 30/01/1996].
9	Decreto nº 2.134, de 24 de janeiro de 1997	[Revogado pelo Decreto n. 4.553 de 27 de dezembro de 2002] Regulamenta o art. 23 da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991, que dispõe sobre a categoria dos documentos públicos sigilosos e o acesso a eles, e dá outras providências.
10	Decreto n. 2.182, de 20 de março de 1997	[Revogado pelo Decreto n. 4.073, de 3 de janeiro de 2002] Estabelece normas para a transferência e o recolhimento de acervos arquivísticos públicos federais para o Arquivo Nacional.
11	Decreto n. 2.910, de 29 de dezembro de 1998	[Revogado pelo Decreto n. 4.553, de 27 de dezembro de 2002]. Estabelece normas para a salvaguarda de documentos, materiais, áreas, comunicações e sistemas de informação de natureza sigilosa, e dá outras providências.
12	Decreto n. 2.942, de 18 de janeiro de 1999	[Revogado pelo Decreto n. 4.073, de 03 de janeiro de 2002] Regulamenta os arts. 7º, 11 a 16 da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991, que dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências.
13	Lei n. 9.800, de 26 de maio de 1999	Permite às partes a utilização de sistemas de transmissão de dados para a prática de atos processuais.
14	Decreto n. 3.294, de 15 de dezembro de 1999	Institui o Programa Sociedade da Informação e dá outras providências.

15	Decreto n. 3.505, de 13 de junho de 2000	Institui a Política de Segurança da Informação nos órgãos e entidades da Administração Pública Federal.
16	Decreto n. 3.587, de 5 de setembro de 2000	[Revogado pelo Decreto n. 3.996, de 31 de outubro de 2001] Estabelece normas para a Infra-Estrutura de Chaves Públicas do Poder Executivo Federal – ICP-Gov, e dá outras providências.
17	Decreto de 18 de outubro de 2000	[Revogado pelo Decreto 8.638, de 15 de janeiro de 2016]. Cria, no âmbito do Conselho de Governo, o Comitê Executivo do Governo Eletrônico, e dá outras providências.
18	Decreto n. 3.714, de 3 de janeiro de 2001	Dispõe sobre a remessa por meio eletrônico de documentos a que se refere o art. 57-A do Decreto n. 2.954, de 29 de janeiro de 1999, e dá outras providências.
19	Decreto n. 3.779, de 23 de março de 2001	Acresce dispositivo ao art. 1o do Decreto n. 3.714, de 3 de janeiro de 2001, que dispõe sobre a remessa por meio eletrônico de documentos.
20	MINISTÉRIO DA JUSTIÇA Portaria n. 17, de 30 de março de 2001	[Revogada pela Portaria n. 29, de 10 de setembro de 2008] [Regulamenta o registro e a fiscalização do exercício da atividade de microfilmagem de documentos, em conformidade com o parágrafo único do art. 15 do Decreto n. 1.799, de 30/01/1996].
21	Decreto n. 3.865, de 13 de julho de 2001	Estabelece requisito para contratação de serviços de certificação digital pelos órgãos públicos federais, e dá outras providências.
22	Decreto n. 3.872, de 18 de julho de 2001	Dispõe sobre o Comitê Gestor da Infra-Estrutura de Chaves Públicas Brasileira - CG ICP-Brasil, sua Secretaria-Executiva, sua Comissão Técnica Executiva e dá outras providências.
23	Medida Provisória n. 2.200-2, de 24 de agosto de 2001	Institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP-Brasil, transforma o Instituto Nacional de Tecnologia da Informação em autarquia, e dá outras providências.
24	Decreto n. 3.996, de 31 de outubro de 2001	Dispõe sobre a prestação de serviços de certificação digital no âmbito da Administração Pública Federal.
25	Decreto n. 4.073, de 3 de janeiro de 2002	Regulamenta a Lei no 8.159, de 8 de janeiro de 1991, que dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados.
26	CASA CIVIL Portaria n. 5, de 7 de fevereiro de 2002	Aprova o Regimento Interno do Conselho Nacional de Arquivos - CONARQ.
27	Decreto n. 4.344, de 26 de agosto de 2002	Regulamenta a Lei no 8.394, de 30 de dezembro de 1991, que dispõe sobre a preservação, organização e proteção dos acervos documentais privados dos presidentes da República, e dá outras providências.
28	Decreto n. 4.497, de 4 de dezembro de 2002.	[Revogado pelo Decreto n. 4.553, de 27 de dezembro 2002]. Altera o art. 17 do Decreto no 2.134, de 24 de janeiro de 1997, que dispõe sobre a categoria dos documentos públicos sigilosos e o acesso a eles, e dá outras providências.
29	Decreto n. 4.553, de 27 de dezembro de 2002	Dispõe sobre a salvaguarda de dados, informações, documentos e materiais sigilosos de interesse da segurança da sociedade e do Estado, no âmbito da Administração Pública Federal, e dá outras providências.
30	Decreto n. 4.915, de 12 de dezembro de 2003	Dispõe sobre o Sistema de Gestão de Documentos de Arquivo - SIGA, da administração pública federal, e dá outras providências.

31	MINISTÉRIO DA JUSTIÇA Portaria n. 73, de 13 de setembro de 2005	<i>[Revogada pela Portaria n. 29, de 10 de setembro de 2008]</i> Altera a Portaria n. 17, de 30 de março de 2001, que regulamenta o registro e a fiscalização do exercício da atividade de microfilmagem de documentos.
32	MINISTÉRIO DA JUSTIÇA - Secretaria Nacional de Justiça Portaria n. 29, de 10 de setembro de 2008	<i>[Revogada pela Portaria n. 12, de 8 de junho de 2009]</i> Registro e fiscalização de empresas que exerçam atividade de microfilmagem de documentos, de detentores dos documentos a serem microfilmados e os órgãos públicos que microfilmem documentos para terceiros. Ficam revogadas as Portarias n. 73, de 13 de setembro de 2005 e, n. 17, de 30 de março de 2001 e n. 58, de 20 de junho de 1996.
33	MINISTÉRIO DA JUSTIÇA - Secretaria Nacional de Justiça Portaria n. 12, de 8 de junho de 2009	Dispõe sobre o registro e fiscalização do exercício da atividade de microfilmagem de documentos e revoga a Portaria n. 29, de 10 de setembro de 2008.
34	Lei n. 12.527, de 18 de novembro de 2011 (<i>Lei de Acesso à Informação</i>)	Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5o, no inciso II do § 3o do art. 37 e no § 2o do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei no 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei no 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências.
35	Decreto n. 7.724, de 16 de maio de 2012	Regulamenta a Lei no 12.527, de 18 de novembro de 2011, que dispõe sobre o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do caput do art. 5o, no inciso II do § 3o do art. 37 e no § 2o do art. 216 da Constituição.
36	Lei n. 12.682, de 9 de julho de 2012	Dispõe sobre a elaboração e o arquivamento de documentos em meios eletromagnéticos.
37	Decreto n. 7.845, de 14 de novembro de 2012	Regulamenta procedimentos para credenciamento de segurança e tratamento de informação classificada em qualquer grau de sigilo, e dispõe sobre o Núcleo de Segurança e Credenciamento.
38	Lei n. 12.865, de 9 de outubro de 2013	(...) disciplina o documento digital no Sistema Financeiro Nacional.
39	Decreto n. 8.135, de 4 de novembro de 2013	Dispõe sobre as comunicações de dados da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, e sobre a dispensa de licitação nas contratações que possam comprometer a segurança nacional.
40	Lei n. 12.965, de 23 de abril de 2014	Estabelece princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da Internet no Brasil.
41	Decreto n. 8.539, de 8 de outubro de 2015	Dispõe sobre o uso do meio eletrônico para a realização do processo administrativo no âmbito dos órgãos e das entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.
42	Decreto n. 8.777, de 11 de maio de 2016	Institui a Política de Dados Abertos do Poder Executivo Federal.
43	Portaria Interministerial n. 1, de 12 de janeiro de 2017	Dispõe sobre procedimentos para a elaboração e a publicação dos relatórios circunstanciados, previstos no art. 120 da Lei n. 13.146, de 6 de julho de 2015, sobre a situação de acessibilidade em sítios, portais, sistemas e serviços mantidos na internet pelos órgãos do governo pertencentes à Administração Pública Federal e as devidas providências a serem adotadas para melhoria da acessibilidade desses ambientes digitais.

RESOLUÇÕES (CONSELHO DE CLASSE)		
44	CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA Resolução CFM n. 1.821, de 11 de julho de 2007	Aprova as normas técnicas concernentes à digitalização e uso dos sistemas informatizados para a guarda e manuseio dos documentos dos prontuários dos pacientes, autorizando a eliminação do papel e a troca de informação identificada em saúde.
PODER JUDICIÁRIO		
45	SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA - Conselho da Justiça Federal Resolução CJF n. 23, de 19 de setembro de 2008	Estabelece a Consolidação Normativa do Programa de Gestão Documental da Justiça Federal de 1º e 2º graus.
CASA CIVIL SECRETARIA-EXECUTIVA ARQUIVO NACIONAL CONARQ		
46	Carta/CONARQ, de 6 de julho de 2004	Carta para a preservação do patrimônio arquivístico digital, de 6 de julho de 2004 - CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS - CONARQ.
47	Resolução n. 1, de 18 de outubro de 1995	Dispõe sobre a necessidade da adoção de planos e/ou códigos de classificação de documentos nos arquivos correntes, que considerem a natureza dos assuntos resultantes de suas atividades e funções.
48	Resolução n. 2, de 18 de outubro de 1995	Dispõe sobre as medidas a serem observadas na transferência ou no recolhimento de acervos documentais para instituições arquivísticas públicas.
49	Resolução n. 3, de 26 de dezembro de 1995	Dispõe sobre o Programa de Assistência Técnica do Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ).
50	Resolução n. 4, de 28 de março de 1996	[Revogada pela Resolução n. 14, de 24 de outubro de 2001]. Dispõe sobre o Código de Classificação de Documentos de Arquivo para a Administração Pública: Atividades-Meio, a ser adotado como modelo para os arquivos correntes dos órgãos e entidades integrantes do Sistema Nacional de Arquivos (SINAR), e aprova os prazos de guarda e a destinação de documentos estabelecidos na Tabela Básica de Temporalidade e Destinação de Documentos de Arquivo Relativos às Atividades-Meio da Administração Pública.
51	Resolução n. 5, de 30 de setembro de 1996	Dispõe sobre a publicação de editais para eliminação de documentos nos Diários Oficiais da União, Distrito Federal, Estados e Municípios.
52	Resolução n. 6, de 15 de maio de 1997	Dispõe sobre diretrizes quanto à terceirização de serviços arquivísticos públicos.
53	Resolução n. 7, de 20 de maio de 1997	Dispõe sobre os procedimentos para a eliminação de documentos no âmbito dos órgãos e entidades integrantes do Poder Público.
54	Resolução n. 8, de 20 de maio de 1997	[Revogada pela resolução n. 14, de 24 de outubro de 2001] Atualiza o Código de Classificação de Documentos de Arquivo para a Administração Pública: Atividades-Meio e a Tabela Básica de Temporalidade e Destinação de Documentos de Arquivo Relativos às Atividades-Meio da Administração Pública, aprovados pela Resolução n. 4 do CONARQ.
55	Resolução n. 9, de 1 de julho de 1997	[Substituída pela Portaria n. 05, da Casa Civil da Presidência da República, de 7 de fevereiro de 2002]. Dispõe sobre o regimento interno do Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ).

56	Resolução n. 10, de 6 de dezembro de 1999	Dispõe sobre a adoção de símbolos ISO nas sinaléticas a serem utilizadas no processo de microfilmagem de documentos arquivísticos.
57	Resolução n. 11, de 7 de dezembro de 1999	[<i>Revogada pela Resolução n. 18, de 30 de julho de 2003</i>] Dispõe sobre os arquivos públicos que integram o acervo das agências reguladoras, das empresas em processo de desestatização, das empresas desestatizadas, das concessionárias, permissionárias e autorizadas de serviços públicos, e das pessoas jurídicas de direito privado.
58	Resolução n. 12, de 7 de dezembro de 1999	[<i>Revogada pela Resolução n. 17, de 25 de julho de 2003</i>] Dispõe sobre os procedimentos relativos à declaração de interesse público e social de arquivos privados de pessoas físicas ou jurídicas que contenham documentos relevantes para a história, a cultura e o desenvolvimento nacional.
59	Resolução n. 13, de 9 de fevereiro de 2001	Dispõe sobre a implantação de uma política municipal de arquivos, sobre a construção de arquivos e de websites de instituições arquivísticas.
60	Resolução n. 14, de 24 de outubro de 2001	Aprova a versão revisada e ampliada da Resolução n. 4, de 28 de março de 1996, que dispõe sobre o Código de Classificação de Documentos de Arquivo para a Administração Pública: Atividades-Meio, a ser adotado como modelo para os arquivos correntes dos órgãos e entidades integrantes do Sistema Nacional de Arquivos (SINAR), e os prazos de guarda e a destinação de documentos estabelecidos na Tabela Básica de Temporalidade e Destinação de Documentos de Arquivo Relativos as Atividades-Meio da Administração Pública.
61	Resolução n. 15, de 15 de fevereiro de 2002	[<i>Revoga a Resolução n. 09, de 1 de julho de 1997, do CONARQ, substituída pela Portaria n. 05, da Casa Civil da Presidência da República, de 7 de fevereiro de 2002, que dispõe sobre o regimento interno do Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ).</i>]
62	Resolução n. 16, de 24 de junho de 2003	Dispõe sobre as diretrizes a serem adotadas para criação do Boletim Interno do Conselho Nacional de Arquivos – CONARQ.
63	Resolução n. 17, de 25 de julho de 2003	Dispõe sobre os procedimentos relativos à declaração de interesse público e social de arquivos privados de pessoas físicas ou jurídicas que contenham documentos relevantes para a história, a cultura e o desenvolvimento nacional.
64	Resolução n. 18, de 28 de julho de 2003	[<i>Revogada pela Resolução n. 19, de 28 de outubro de 2003</i>] Dispõe sobre os arquivos públicos que integram o acervo das agências reguladoras, das empresas em processo de desestatização, das empresas desestatizadas, das concessionárias, permissionárias e autorizadas de serviços públicos, e das pessoas jurídicas de direito privado.
65	Resolução n. 19, de 28 de outubro de 2003	Dispõe sobre os documentos públicos que integram o acervo das empresas em processo de desestatização e das pessoas jurídicas de direito privado sucessoras de empresas públicas.
66	Resolução n. 20, de 16 de julho de 2004	Dispõe sobre a inserção dos documentos digitais em programas de gestão arquivística de documentos dos órgãos e entidades integrantes do Sistema Nacional de Arquivos.

67	Resolução n. 21, de 4 de agosto de 2004	Dispõe sobre o uso da subclasse 080 – Pessoal Militar do Código de Classificação de Documentos de Arquivo para a Administração Pública: Atividades-Meio e da Tabela Básica de Temporalidade e Destinação de Documentos de Arquivo Relativos às Atividades-Meio da Administração Pública, aprovados pela Resolução n. 14, de 24 de outubro de 2001, Conselho Nacional de Arquivos - CONARQ.
68	Resolução n. 22, de 30 de junho de 2005	Dispõe sobre as diretrizes para a avaliação de documentos em instituições de saúde.
69	Resolução n. 23, de 16 de junho de 2006	Dispõe sobre a adoção do Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística pelos órgãos e entidades integrantes do Sistema Nacional de Arquivos-SINAR.
70	Resolução n. 24, de 3 de agosto de 2006	Estabelece diretrizes para a transferência e recolhimento de documentos arquivísticos digitais para instituições arquivísticas públicas.
71	Resolução n. 25, de 27 de abril de 2007	Dispõe sobre a adoção do Modelo de Requisitos para Sistemas Informatizados de Gestão Arquivística de Documentos – e-ARQ Brasil pelos órgãos e entidades integrantes do Sistema Nacional de Arquivos - SINAR.
72	Resolução n. 26, de 06 de maio de 2008	Estabelece diretrizes básicas de gestão de documentos a serem adotadas nos arquivos do Poder Judiciário
73	Resolução n. 27, de 16 de junho de 2008	Dispõe sobre o dever do Poder Público, no âmbito dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, de criar e manter Arquivos Públicos, na sua específica esfera de competência, para promover a gestão, a guarda e a preservação de documentos arquivísticos e a disseminação das informações neles contidas.
74	Resolução n. 28, de 17 de fevereiro de 2009	Dispõe sobre a adoção da Norma Brasileira de Descrição Arquivística - NOBRADE pelos órgãos e entidades integrantes do Sistema Nacional de Arquivos - SINAR, institui o Cadastro Nacional de Entidades Custodiadoras de Acervos Arquivísticos e estabelece a obrigatoriedade da adoção do Código de Entidades Custodiadoras de Acervos Arquivísticos – CODEARQ.
75	Resolução n. 29, de 29 de maio de 2009	Dá nova redação ao Art. 2º e ao inciso I da Resolução n. 27, de 16 de junho de 2008.
76	Resolução n. 30, de 23 de dezembro de 2009	Altera a Resolução n. 26 de 6 de maio de 2008, que estabelece diretrizes básicas de gestão de documentos a serem adotadas nos arquivos do Poder Judiciário.
COMPLEMENTARES		
77	Medida Provisória n. 2.200-2 de 24 de agosto de 2001	Institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP-Brasil, transforma o Instituto Nacional de Tecnologia da Informação em autarquia e dá outras providências.
78	ABNT NBR ISO/IEC 17.799 de 31 de agosto de 2005	Estabelece diretrizes e princípios gerais para iniciar, implementar, manter e melhorar a gestão de segurança da informação em uma organização. A partir de 2007, essa norma foi incorporada ao novo esquema de numeração como ISO/IEC 27.002:2006.

Fonte: Adaptação do Portal ECM GED: <<http://ged.net.br/legislacao-ged.html>>, 2017.